**CENTRO UNIVERSITÁRIO FADERGS**

*Francielly Cardoso*

**Resenha crítica referente ao artigo:** CRISE FINANCEIRA MUNDIAL: TEMPO DE SOCIALIZAR PREJUÍZOS E GANHOS

O artigo analisado foi elaborado pelos autores:

Isabela Márcia de Alcântara Fabiano, Mestranda em Direito do Trabalho pela PUC-Minas.

Luiz Otávio Linhares Renault, Doutor em Direito pela UFMG.

A crise teve seu início com a chamada “Bolha Imobiliária” americana no ano de 2007, aonde ocorreu uma grande valorização no mercado imobiliário americano pela facilidade em aquisição de financiamentos e empréstimos, havendo assim uma sobrevalorização dos imóveis com o falso inflacionamento dos preços, quando descoberto que os preços eram irreais e os imóveis adquiridos não poderiam ser pagos, grande parte das instituições financeiras de crédito imobiliário tiveram seu fim. Consequentemente começou a inadimplência, os imóveis não eram mais pagos, financiamentos prorrogados iniciando-se assim as numerosas hipotecas, com tal cenário estabelecido ocorreu o aumento nas taxas de juros, o consumo e a produção diminuíram, com a baixa produtividade as demissões para fins de redução de custos também tiveram seu início, foi exatamente uma “desalavancagem” da economia e produção.

Com a economia de um dos maiores importadores mundiais afetada seria inevitável que os demais países também sofressem com a crise que assim se estabelecia, os países afetados principalmente foram: China, Japão e Brasil.

As empresas multinacionais localizadas no Brasil por exemplo, começaram a transferir seus lucros para o exterior para recuperar perdas na produtividade, gerando assim a fuga de capitais no Brasil, diminuindo o investimento no país.

Com a drástica mudança que a economia sofreu nos restava apenas a readequação no mercado visando o novo cenário que estávamos vivendo. O Brasil especificamente tomou algumas medidas, como: utilizou de sua reserva cambial para compra de dólares, diminuindo assim a oferta da moeda no mercado, com intuito de aumento do dólar e a desvalorização do real, melhorando assim a receita das exportações; houve também algumas modificações tributárias visando a alavancagem da economia/produção.

Uma das consequências mais relevantes desta crise foi e ainda está sendo o desemprego, algumas reformas foram efetuadas devido as demissões em massa que estavam ocorrendo, como: redução na jornada de trabalho, reduzindo o salário não ultrapassando 25% e respeitando o salário mínimo, proibição de novas contratações, prioridades na readmissão de colaboradores dispensados em período de crise, entre outras modificações que o mercado teve que se adequar para se manter ativo e com possibilidade de reestabelecimento.

Francielly Cardoso de Aguiar, acadêmica do curso de graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.